

Maura Soares

De: APASA <apasa-op@apasa.pt>
Enviado: 23 de abril de 2025 17:34
Para: Assuntos Parlamentares
Assunto: Fwd: Petição
Anexos: 1 a 11.pdf; 12 a 33.pdf; 35 a 50.pdf

Exmos. Senhores,

No âmbito da apreciação pública do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que prevê a terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, responsável pela estruturação do Parque Marinho dos Açores, encarrega-me o presidente da APASA, de solicitar a V. Exas., que considerem os documentos em anexo, que reúnem 553 assinaturas a favor da alteração ao documento em apreciação.

Com os melhores cumprimentos

Pelo Presidente

Pedro Capela

Cais St.º Cruz, Edifício Lotaçor
9900-172 Horta
913842342
apasa-op@apasa.pt



EM DEFESA DA PESCA COM SALTO E VARA NO MAR DOS AÇORES

Nós, pescadores e apoiantes da pesca artesanal nos Açores, vimos por meio deste abaixo-assinado manifestar a nossa preocupação e reivindicar o reconhecimento e a proteção da arte de pesca com salto e vara dentro das áreas marinhas protegidas do arquipélago.

A pesca com salto e vara é uma técnica tradicional e sustentável, que garante a preservação dos recursos marinhos e mantém a identidade cultural das comunidades piscatórias açorianas. Esta arte seletiva, de baixo impacto ambiental, contribui para a conservação dos ecossistemas marinhos ao evitar capturas acessórias e minimizar os danos aos habitats subaquáticos.

No entanto, as recentes restrições impostas às atividades pesqueiras nas áreas marinhas protegidas têm ameaçado diretamente esta prática sustentável, colocando em risco a subsistência de dezenas de famílias que dependem da pesca para viver.

Acreditamos que a pesca com salto e vara deve ser reconhecida como uma exceção dentro das áreas protegidas, dada a sua compatibilidade com os princípios de conservação ambiental.

A ideia de que o atum, por ser uma espécie migratória, pode ser capturado fora das áreas protegidas não corresponde à realidade prática.

O atum pode concentrar-se em determinadas zonas e, ao desaparecer delas, pode nunca mais ser encontrado. Assim, argumentar que o peixe poderá ser pescado fora das áreas protegidas demonstra um desconhecimento profundo da dinâmica desta atividade.

Lamentamos as críticas dirigidas ao setor atuneiro e consideramos injusto o que tem sido dito contra a arte do salto e vara.

Lamentamos igualmente que tenha sido publicado um estudo que contraria o que é a realidade efetiva da pesca com arte de salto e vara, e que nele tenham sido ignorados os dados dos observadores POPA, que desde há longos anos nos acompanham. A arte de pesca de salto e vara é controlada através do Programa POPA, garantindo que a pesca do atum não origina a mortalidade e/ou molestação de cetáceos e/ou outras espécies

marinhas. O POPA garante ainda que a pescaria recorre a uma arte de pesca sustentável, sem que ocorra a sobreexploração dos recursos ou que haja danos para os ecossistemas, sendo por isso, incompreensível que, sendo esta uma distinção de excelência para os Açores, na valorização deste produto, que seja completamente ignorado em estudos.

A proibição desta técnica numa área marinha protegida prejudica diretamente mais de 3000 profissionais da pesca do atum nos Açores, impedindo-os de exercer uma atividade seletiva e sustentável em toda a Região.

Assim, solicitamos às autoridades competentes, nomeadamente ao Governo Regional dos Açores, e às entidades de conservação marinha, que reconsiderem as atuais restrições e permitam a continuidade da pesca com salto e vara dentro das áreas marinhas protegidas, garantindo um equilíbrio justo entre a preservação ambiental e a sustentabilidade socioeconómica das comunidades piscatórias açorianas.

Convidamos todos aqueles que apoiam esta causa a assinarem este abaixo-assinado como forma de garantir a continuidade desta arte tradicional, que é um exemplo de pesca responsável e sustentável.